

Caminhos da reforma agrária popular agroecológica

Paths to popular agroecological agrarian reform

Caminos de la reforma agraria popular

Recebido: 29/04/2021 | Revisado: 05/05/2021 | Aceito: 09/05/2021 | Publicado: 23/05/2021

Silvana Cassia Hoeller

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5559-3355>
Universidade Federal do Paraná, Brasil
E-mail: silvanahoeller@gmail.com

Maurício Fagundes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3623-2973>
Universidade Federal do Paraná, Brasil
E-mail: mauriciovitoriafagundes@gmail.com

Édina Mayer Vergara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2141-5008>
Universidade Federal do Paraná, Brasil
E-mail: edina1308@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os possíveis caminhos para a construção de uma Reforma Agrária Popular e Agroecológica. Mesmo com sua importância, essa temática tem encontrado ao longo da história brasileira fortes resistências por parte dos latifundiários e do Estado. A metodologia que deu corpo a este artigo fundamenta-se em um ensaio teórico de base bibliográfica e com análise de documentos. O estudo resgata o processo histórico que consolida as raízes da reforma agrária, dialogando com autores como Ianni (1965;1976), Bandeira (1978), Sodré, entre outros. Contudo, traz elementos conceituais que buscam compreender a agroecologia, como parte das bandeiras de luta dos movimentos sociais. Apresenta uma construção atual, denominada de Reforma Agrária Popular, que parte dos movimentos sociais, em que discute-se o futuro da classe trabalhadora do campo. Esta proposta de Reforma Agrária Popular estrutura-se em um plano que articula a mobilização popular na luta pela democratização do acesso à terra, por trabalho, moradia, educação, cultura, produção de alimentos saudáveis para toda a população e na defesa da biodiversidade. Por fim, este estudo revelou um processo em curso, demarcado por intensas lutas dos movimentos sociais no campo, que ao mesmo tempo que denunciam o abandono dos trabalhadores camponeses e o descaso com o meio ambiente, reivindicam urgência na execução de uma Reforma Agrária Popular Agroecológica, que seja orgânica da classe trabalhadora e que possa superar as mazelas causadas pelo agronegócio, principalmente frente a deteriorização da questão ambiental e a falta de condições da reprodução da vida no meio rural.

Palavras-chave: Reforma agrária popular Agroecológica; Movimentos sociais; Democratização do acesso a terra.

Abstract

This article aims to analyze the possible paths for the construction of a Popular and Agroecological Agrarian Reform. Even with its importance, this theme has encountered strong resistance from landowners and the State throughout Brazilian history. The methodology used for this article is based on a theoretical bibliographical essay and document analysis. The study recovers the historical process that consolidates the roots of agrarian reform, dialoguing with authors such as Ianni (1965; 1976), Bandeira (1978), Sodré, among others. However, it brings conceptual elements that seek to understand agroecology as part of the struggle of social movements. It presents a current construction, called Popular Agrarian Reform, which comes from social movements, in which the future of the rural working class is discussed. This proposal for Popular Agrarian Reform is structured in a plan that articulates the popular mobilization in the struggle for the democratization of access to land, for work, housing, education, culture, the production of healthy food for the whole population, and the defense of biodiversity. Finally, this study revealed an ongoing process, demarcated by intense struggles of social movements in the countryside, which at the same time denounce the abandonment of peasant workers and the neglect of the environment, claim urgency in the implementation of a Popular Agroecological Agrarian Reform, which is organic of the working class and can overcome the evils caused by agribusiness, especially in the face of the deterioration of environmental issues and the lack of conditions for the reproduction of life in rural areas.

Keywords: Agroecological popular Agrarian reform; Social movements; Democratization of access to land.

Resumen

Este artículo pretende analizar los posibles caminos para la construcción de una Reforma Agraria Popular y Agroecológica. A pesar de su importancia, este tema ha encontrado una fuerte resistencia a lo largo de la historia de

Brasil por parte de los terratenientes y del Estado. La metodología que dio cuerpo a este artículo se basa en un ensayo teórico de base bibliográfica y con análisis documental. El estudio recupera el proceso histórico que consolida las raíces de la reforma agraria, dialogando con autores como Ianni (1965; 1976), Bandeira (1978), Sodré, entre otros. Sin embargo, aporta elementos conceptuales que buscan entender la agroecología como parte de las banderas de lucha de los movimientos sociales. Presenta una construcción actual, llamada Reforma Agraria Popular, que proviene de los movimientos sociales, en la que se discute el futuro de la clase trabajadora rural. Esta propuesta de Reforma Agraria Popular se estructura en un plan que articula la movilización popular en la lucha por la democratización del acceso a la tierra, por el trabajo, la vivienda, la educación, la cultura, la producción de alimentos sanos para toda la población y la defensa de la biodiversidad. Finalmente, este estudio reveló un proceso en curso, demarcado por intensas luchas de los movimientos sociales en el campo, que al mismo tiempo que denuncian el abandono de los trabajadores campesinos y el descuido del medio ambiente, reclaman la urgencia en la implementación de una Reforma Agraria Popular Agroecológica, que sea orgánica de la clase trabajadora y pueda superar los males causados por el agronegocio, especialmente ante el deterioro de las cuestiones ambientales y la falta de condiciones para la reproducción de la vida en el medio rural.

Palabras clave: Reforma agraria popular Agroecológica; Movimientos sociales; Democratización del acceso a la tierra.

1. Introdução

A resistência à implementação da Reforma Agrária possui raízes profundas, que estão fundamentadas na intencionalidade da classe dominante em preservar os latifúndios no Brasil. A regulação fundiária seguiu aspectos de exclusão, principalmente no que concerne à classe trabalhadora. A mudança da situação agrária no país foi e continua sendo um temor para a elite latifundiária. A substituição do latifúndio pela pequena propriedade foi/e continua sendo massivamente combatida pela classe dominante. Nessa perspectiva, o presente artigo busca analisar os caminhos possíveis para uma Reforma Agrária Popular Agroecológica. Para traçar essa caminhada, buscamos os elementos históricos que situam a Reforma Agrária como um tema incômodo às elites brasileiras diante da formação social e econômica de um país estruturado umbilicalmente ao latifúndio, à produção de matérias primas para a exportação, e mais recentemente subordinado ao capital internacional

Buscamos discutir nesse processo histórico o Estatuto da Terra (Brasil, 1964), que traz a condição da função social da terra, relacionando recursos naturais, produtividade e bem estar de proprietários e trabalhadores. De acordo, com o mesmo documento, as propriedades que não cumprissem essa função, seriam passíveis de desapropriação. O que se observa nessa passagem do tempo, é que esses marcos regulatórios ficaram imóveis, mesmo com a Constituição de 1988, que resgatou a função social da terra.

Atrelado aos aspectos do processo histórico da Reforma Agrária, percebe-se que existe um modelo de agricultura e pecuária industrializada, que tem nas exportações, por exemplo, de milho, soja e carne de origem animal, a base da estruturação econômica, denominada atualmente de agronegócio. Para enriquecer essa análise, fizemos um levantamento bibliográfico e uma análise documental em diálogo com autores como Sevilla (2006, 2011), Rosset; Altieri (2018), Martinez Alier (1995), Alencastro (2011) e Bandeira (1978).

Para avançar na análise do artigo, apresenta-se uma construção atual, denominada de Reforma Agrária Popular, em que a proposta inicial parte dos movimentos sociais, liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, em que se discute o futuro da classe trabalhadora do campo. Esta proposta de Reforma Agrária Popular estrutura-se em um plano que articula a mobilização popular na luta pela democratização do acesso à terra, por trabalho, moradia, educação, cultura, produção de alimentos saudáveis para toda a população e na defesa da biodiversidade.

Assim amplia-se o debate trazendo a Agroecologia como um eixo fundamental para a proposta de Reforma Agrária Popular, como resposta de enfrentamento ao agronegócio e como resposta ao direito a uma alimentação saudável e diversificada, que respeite os aspectos da sustentabilidade dos recursos naturais, bem como dos saberes e culturas locais.

Portanto, nas possibilidades que foram foco das análises e discussões, reafirmamos a importância da efetivação participativa da Reforma Agrária Popular Agroecológica estabelecendo a relação entre ser humano e natureza, como uma

condição essencial de existência.

2. Metodologia

A metodologia que deu corpo a este artigo fundamenta-se em um ensaio teórico de natureza qualitativa. A investigação qualitativa é definida por Bogdan e Biklen (1994) por cinco características, das quais, podem ou não aparecerem em sua totalidade, de modo que não descaracteriza sua natureza qualitativa. No caso deste estudo, o situamos em quatro dessas características, as quais passamos a sinalizar: a investigação qualitativa é descritiva; os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva; e, por último, o significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

A abordagem realizada foi por meio de um estudo de caso numa perspectiva histórica, que é definido por Bogdan e Biklen (1994, p. 90) como: “estudos que incidem sobre uma organização específica, ao longo de um período determinado de tempo, relatando o seu desenvolvimento”. Neste estudo o caso em estudo é o da reforma agrária agroecológica no Brasil.

A coleta dos dados se deu por meio de um levantamento bibliográfico e análise documental. Foram utilizados jornais, Anais da Biblioteca Nacional, relatórios e documentos de sites web. Os documentos, segundo Lüdke e André (1986, p. 39) “constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informações contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”.

O estudo resgata o processo histórico da Reforma Agrária no Brasil por meio dos documentos e em diálogo com as produções bibliográficas de vários estudiosos da área. A partir dessa sistematização passou-se a analisar os documentos que propõem a reforma agrária para este momento histórico e seus possíveis caminhos.

A análise de conteúdo seguiu os preceitos de Bardin (2016) organizando os dados por meio das três etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial, assumindo como aporte epistemológico para a análise o materialismo histórico dialético (Marx & Engels, 2001).

3. Raízes da Reforma Agrária

A primeira Lei de Terras no Brasil, datada de 1850, regulamentava as terras devolutas do Império estabelecendo a compra como meio de aquisição mediante pagamento de impostos à Coroa. Nesse documento fica claro a intencionalidade de restringir o acesso à terra, principalmente para a maioria do povo, que naquele momento era composto por escravos libertos e povos originários, os quais não possuíam condições de sobrevivência. Acerca da abolição da escravatura no Brasil, que ainda não havia nem passado pelas leis do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885), foi intensamente pressionado pela Inglaterra e Estados Unidos pela sua total libertação (Bandeira, 1978). De acordo com o autor (1978) todo o movimento pela abolição da escravatura torna-se ‘irreversível’. Para os detentores da terra ignorar a abolição da escravidão poderia colocar em risco o latifúndio. Como mostra Alencastro (2011, p. 242), preferiram “abandonar gradativamente o escravismo para garantir a perenidade do latifúndio”, utilizando-se dos instrumentos de regulação fundiária, incluindo uma série de reformas do estatuto da escravidão, possibilitando a reorganização da mão de obra.

As preocupações com a manutenção da concentração da terra cresceram no Brasil Colonial e se fortaleceram nos anos que viriam, como “nos anos de 1880, [em que] Nabuco, Rebouças e outros abolicionistas que tentaram levantar a questão da reforma agrária perderam” (Alencastro, 2011, p. 243), pois os latifundiários já estavam alinhados aos republicanos.

Existiam as inquietações dos abolicionistas em relação à condição de vida dos escravos libertos, pois, de acordo com os Anais da Biblioteca Nacional, “o editorial a Gazeta da Tarde, ainda em 1881, clamava pela necessidade de estabelecer mudanças substanciais para garantir a sobrevivência dos ex-escravos, após a abolição. Segundo o editorialista, tornava-se

urgente dividir os latifúndios improdutivos” (Biblioteca Nacional, 1996, p. 21).

Nabuco (2003, p. 40), defendia na mesma época a implementação de reformas em relação à propriedade da terra, a apropriação pelo Estado de áreas não-produtivas, trazia a questão do direito natural sobre a propriedade, instalada desde a época das sesmarias. O autor considerava que a ocupação e posse da terra era questionável onde os indígenas, habitantes originários no Brasil, foram destituídos de seu direito à terra. E como os colonizadores teriam o direito à terra? E de que forma se transmite o que não têm? O autor continuava a questionar: “se a propriedade não é um direito natural e não pode ser mantida, como poderá ser mantido o princípio da posse, que é uma criação da jurisprudência romana e que somente assenta sobre as conveniências do direito civil?”.

A transformação da estrutura agrária no país, foi e continua sendo um temor incorporado pelas elites. A substituição do latifúndio pela pequena propriedade foi massivamente combatida pela classe dominante, como consta nos ABN (1996). A Reforma Agrária era um tema que alimentava os círculos abolicionistas no país, principalmente pela falta de condição de manutenção da vida dos libertos e dos povos originários. Nos documentos dos Anais da Biblioteca Nacional (1966, p. 71) constata-se que: “[...] o Rebouças tinha um projeto, não apenas de reforma agrária, mas de fixação do negro no campo em áreas onde ele tivesse maiores possibilidades de uma vida não apenas longa, mas digna”.

Com o reconhecimento do fim do escravismo, estabeleceu-se a urgência de uma Reforma Agrária no Brasil República, ou seja, “uma redistribuição de lotes que permitisse a sobrevivência de famílias, as quais produziram em cooperativas e estabeleceriam formas de solidarização do trabalho” (Biblioteca Nacional, 1996, p. 72).

No Brasil República, a burguesia era estruturada umbilicalmente com o latifúndio e financeiramente subordinada ao capital internacional, disso resultava a incapacidade de se fazer uma revolução agrária (Bandeira, 1978), que para a sociedade da época era inconcebível, pois estava fundamentada na produção de monoculturas, como o caso do café.

Esse processo ficou marcado após a I Guerra Mundial com a transferência de capitais da agricultura para indústria, que “[...] revela que o capital industrial nasceu do capital agrícola” (Ianni, 1965, p. 33) Mas, o país contava com vastos cafezais, que “em 1920 irrompe na crise mundial que irá afetar seriamente as estruturas econômicas dependentes” (Sodré, s/d, p.13), assim como a própria oligarquia cafeeira exportadora. Esse movimento acentuou as migrações vindas do campo para os centros industriais como São Paulo configurando o que denominamos de êxodo rural.

Desse movimento resultam questões sociais, políticas e culturais essenciais às interpretações econômicas, como as migrações internas dos camponeses e o abandono da terra, reflexo da industrialização e urbanização e de um expressivo contingente de trabalhadores que não encontraram na cidade alternativas de venda da sua força de trabalho, caracterizado como o “proletariado rural, que representava o estoque de trabalhadores com o qual conta o capitalismo industrial para sua expansão” (Ianni, 1976, p.159).

A década de 1960 manteve os vácuos de uma política de governo que não enfrentou as demandas crescentes da questão social que se expressavam tanto no campo como na cidade. As ocupações de terra pelos camponeses estavam ganhando espaço e organização resultando no Congresso Camponês em 1961, que contou com a participação de 1.600 delegados, “com cartazes exigindo Reforma Agrária já e Reforma Agrária na lei ou na marra” (Bandeira, 1978, p.149).

A possibilidade de uma revolução camponesa, principalmente no Nordeste, assustou a elite latifundiária, pressionando o governo brasileiro e americano. Havia como antecedente a Revolução Cubana em 1959 e as Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1º de abril de 1964. Esses fatos, aceleraram a ditadura militar, que em novembro de 1964 promulgou o Estatuto da Terra. Nele a definição de Reforma Agrária consta no seu art. 1º, como sendo “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, [...]”, que incorpora os princípios de justiça social, mas relacionado ao aumento de produtividade (Brasil, 1964). Agrega-se no Estatuto da Terra (Brasil, 1964) a propriedade condicionada à sua função social, relacionando recursos naturais, produtividade e bem estar de proprietários e trabalhadores.

A ditadura militar desenvolveu vários projetos de colonização, especialmente para a região norte e centro-oeste, na perspectiva de ocupação das áreas de fronteiras. O próprio INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2020), criado em julho de 1970, em plena ditadura, tinha a tarefa de cadastrar os imóveis rurais, administrar as terras da união, bem como realizar a reforma agrária numa perspectiva de colonização). Esse processo resultou em investimentos internacionais em programas e projetos com caráter assistencialista e educacional. Os programas e projetos expandiram-se na área rural durante a década 60 e 70, principalmente as capacitações técnicas (Therrien & Damasceno, 1993). O pacote tecnológico que chegou no Brasil tinha como foco a produção de monoculturas em vastas extensões de terra. Desembarcam dos Estados Unidos nas terras brasileiras, máquinas agrícolas, adubos, sementes híbridas, agrotóxicos e um investimento em crédito que estava vinculado as fundações americanas (Mooney, 1987). Esse processo fez com que os pequenos agricultores entrassem em um processo de endividamento perdendo a terra, que era a fonte para o modo de produção da vida desses sujeitos.

A pouca iniciativa do Estado acerca da Reforma Agrária era tratada como uma questão técnica, fazia parte do processo de uma modernização desumanizante. Para Freire (1977) o ‘messianismo tecnicista, de caráter burguês, [...] que pretende manter o ‘status quo’[...]. Na modernização, de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área de transformação, mas fora dela (FREIRE, 1977, p.57). É assim que pretende-se confundir modernização com desenvolvimento, o autor distingue que a modernização tem caráter mecânico, o desenvolvimento é uma transformação que envolve os sujeitos.

A Reforma Agrária deve ser um processo de desenvolvimento, mas que foi gestada para atender a uma concepção de mercado, em que o latifúndio improdutivo, apresentava-se como um obstáculo para a industrialização e modernização do país.

Nesse pacote tecnológico, que se estabeleceu como a bandeira do desenvolvimento e do progresso, o êxodo rural se acentuava. As pessoas do campo, na ânsia de pagar as dívidas com a tecnologia adotada, perdiam as terras para as agências financiadoras. Os espaços urbanos apresentavam-se como alternativa para sobrevivência. De acordo com o IBGE (1996), na década 1960 tínhamos 60% de pessoas na área rural, em 1996 esse número caiu para 20% da população.

Atualmente, a concentração de terras no Brasil, representa o símbolo do agronegócio ou da agricultura industrializada. Uma das características do agronegócio é alta produtividade de latifúndios, pautados na transnacionalização da agricultura, além da monocultura para exportação, utilização de venenos em larga escala e da alta mecanização agrícola. Os sujeitos do campo, foram substituídos pela produção animal em larga escala, pela monocultura da soja, do milho, do algodão e pelas máquinas. A agricultura industrializada está entrelaçada aos sistemas agroalimentares mundiais.

Destaca-se que o problema não foi e nem é o avanço tecnológico, mas sua utilização em detrimento das vidas dos trabalhadores e pequenos produtores do campo. A produção de *comodities*, como por exemplo, soja e milho, está associada à intensificação do modelo para atender às exigências do aumento da produção agrícola, o domínio do mercado de sementes e dos agrotóxicos orquestrado pelas multinacionais. É nesse contexto que surgem as sementes transgênicas - organismos modificados geneticamente, que ampliam o mercado internacional para um único produto, em detrimento da biodiversidade genética (Altieri, 2012).

A agricultura familiar brasileira, fornecia 90% dos alimentos que eram consumidos pelos brasileiros, hoje, isso representa 70%, o restante dos alimentos o país passou a importar (Altieri, 2012). Como alerta Mooney (1987), a nossa diversidade alimentar foi restringida a uma dieta humana concentrada, pois é fundamentada em 90% no trigo, arroz e milho. Houve uma eliminação da diversidade em favor da maior produtividade. A diversidade genética entre plantas cultivadas foram gradualmente sendo esquecidas em favor da industrialização da produção de sementes geneticamente modificadas ou ditas ‘melhoradas’. Por exemplo, a produção de milho crioulo, até a atualidade é um patrimônio genético, preservado pela população camponesa e tradicional, mas está em risco de extinção, pelos processos de contaminação decorrentes do milho transgênico.

A degradação ambiental representa o resultado da industrialização da agricultura que se fundamenta na ciência reducionista e/ou cartesiana em oposição a saberes tradicionais, substituindo as tecnologias campesinas por “as matérias e energias externas elaboradas industrialmente” (Sevilla, 2006, p.159).

Nessa perspectiva os biomas brasileiros sofrem modificações devido ao aquecimento global, fruto da interferência humana degradante sobre a natureza ditada pela sociedade do consumo. Martinez Alier (1995) discute a insustentabilidade do crescimento econômico do ponto de vista ecológico e a dívida histórica que os países têm com o meio ambiente a partir da alta emissão de gás carbônico e da perda da biodiversidade, apresentando assim a necessidade da construção de uma ecologia popular fundamentada na ciência com o povo, a partir de uma construção em que a relação ser humano e natureza consigam resgatar caminhos com base na Agroecologia.

4. A Necessidade de uma Reforma Agrária Popular Agroecológica

A agroecologia é um termo que aparece na década de 1930, mas que foi retomado com profundidade considerando os impactos da agricultura industrializada sobre a natureza. Rachel Carson contribuiu para essa retomada com seu livro ‘Primavera Silenciosa’ (1962), onde analisa as consequências da utilização dos agrotóxicos sobre o meio ambiente. Os movimentos ambientalistas floresceram na buscando formas alternativas de agricultura que minimizassem a degradação da biodiversidade do solo e das plantas diminuindo, por consequência, os processos de contaminação dos seres humanos.

A agroecologia amadurece com o protagonismo do sujeito do campo e no âmbito da ciência cresce com “um enfoque de investigação interdisciplinar e participativa, envolvendo as ciências científicas e sociais, promovendo um diálogo com outros sistemas de conhecimento (sobretudo dos campesino e indígenas)” (Rosset & Altieri, 2018, p. 80).

A ciência agroecológica busca o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, trazendo o potencial endógeno das comunidades campesinas no estabelecimento de sistemas agrícolas sustentáveis, assim, a agroecologia reforça “o manejo ecológico de recursos naturais, através de formas de ação social coletiva para o estabelecimento de sistemas de controle participativo democrático [...]” (Sevilla, 2006, p 223).

Na agricultura, “o enfoque agroecológico aparece como resposta a lógica do neoliberalismo e a globalização econômica, assim como os cânones da ciência convencional [...]” (Sevilla, 2011, p. 14), configurando-se como uma nova epistemologia, o reencontro entre os saberes populares e científicos, integrando nessa construção as diversas dimensões como: social, econômica, ambiental, ética e moral. Articula nesse movimento os conteúdos históricos e as lutas dos movimentos do campo, com os saberes locais sobre o manejo dos recursos naturais.

A agroecologia transforma-se em uma bandeira de luta dos movimentos sociais que pautam a Reforma Agrária e a urgência de efetivação da regulamentação trazida pela Constituição do Brasil de 1998 em seu Capítulo III, que trata da política agrícola e fundiária e da Reforma Agrária. Esta Constituição afirma ainda no Art. 184, que: “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária [...]” (Brasil, 1988), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mas a mesma continuava imóvel. O que resultou na intensificação das ocupações e das reivindicações pela reforma agrária, visto a postura imóvel do Estado em efetivar a redistribuição das terras, que estavam em processo de desapropriação. De 1988 a 2019 houve 7.985 ocupações de terras no Brasil, mobilizando em torno de 1 milhão de famílias. No ano de 2019 houve uma diminuição significativa nas ocupações de terra, (apenas 43) se comparado ao ano de 1988, por exemplo, quando chegaram a ser realizadas 598 ocupações (Girardi & Filho, 2020).

No Brasil, de 1979 a 2019, ocorreram 9.529 assentamentos rurais, sendo o ano de 2019 o menor número de assentamentos instalados, apenas dois (Girardi & Filho, 2020). Os assentamentos rurais representam 0,15% dos imóveis rurais no Brasil. Acerca desse fenômeno da drástica diminuição dos assentamentos, deve-se registrar que a criminalização dos movimentos sociais, o travamento de processos de desapropriação de terras, bem como a paralisação dos processos de titulação

da terra dos acampamentos, embora não sendo os únicos motivos, contribuíram em muito para tal.

A necessidade da Reforma Agrária Popular constitui-se como bandeira de luta dos movimentos sociais frente ao imobilismo do Estado e a concentração histórica das terras. Fazer a Reforma Agrária a partir dos povos organizados na perspectiva do respeito a natureza não era apenas acessar ou apropriar-se da terra, mas manejar os recursos naturais na perspectiva agroecológica, buscando emancipar-se da lógica latifundiária do agronegócio.

Um dos exemplos da imobilidade intencional do Estado está neste atual governo, que desde o início de sua gestão, em 2019, determinou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, por meio do Memorando-Circular nº 01/2019, a interrupção de todos os processos de aquisição, desapropriação ou outra forma de obtenção de terras para o assentamento de famílias camponesas. Ainda, esse mesmo governo, fez o afago aos grandes proprietários rurais por meio da suspensão da realização de “vistorias em imóveis rurais, o que implica na impossibilidade de fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade, primeiro passo no processo de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária” (Brasil de Fato, 2020a).

Como instrumento de organização, mobilização, resistência e luta pela transformação, o MST, já no ano de 2013 construiu uma proposta de programa de Reforma Agrária Popular, que “propõe um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades do povo brasileiro” (Movimento Sem Terra, 2014, p. 39). Essa proposta defende: a democratização da terra; a água como um bem da natureza em benefício da humanidade, a organização da produção agrícola; uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; a industrialização no interior do país, gerando renda à população camponesa; uma política agrícola que atenda às necessidades da agricultura camponesa e agroecológica; a Educação do Campo; o desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas; e mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa.

Passa-se a apresentar e defender a Reforma Agrária Popular do Movimento Sem Terra entendendo que a estrutura básica dessa proposta possa agir como irradiadora para a solução dessa problemática que tanto detalhamos acima. Entende-se necessário ampliar seu escopo e alcançar a todos os movimentos sociais nele não representados e ainda os cidadãos ainda não engajados coletivamente, mas desejam a construção de um projeto societário humanamente ético e justo com a qualidade de vida e existência de todos e todas.

O Programa de Reforma Agrária Popular é um processo que vem sendo gestado desde o V Congresso Nacional do MST no ano de 2007 foi contínua e amplamente discutido na preparação no VI Congresso Nacional de 2014 traçando objetivos gerais, que envolviam a eliminação da pobreza, o combate à desigualdade social, a garantia de trabalho e educação, participação igualitária de mulheres, preservação da biodiversidade vegetal e animal, permanência da juventude no campo (Stedile, 2013).

As diversas propostas no texto preparatório do VI Congresso Nacional do MST apresentavam temáticas relacionadas a organização da produção, tecnologia e sustentabilidade e colocavam como medidas fundamentais a prioridade por alimentos saudáveis, a promoção e multiplicação da agroecologia, preservação do ecossistema local, o respeito as diferentes culturas e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Atualmente, com o agravamento das condições de vida, de saúde, de moradia, de trabalho e de paralisia nas ações governamentais, gerando o agravamento das questões ambientais, foi construído um Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular, lançado em 05 de junho deste ano de 2020, pelo MST (Brasil de Fato, 2020b) que tem como bandeira a luta contra a fome e contra o aumento do desemprego, evidenciados pelo atual momento pandêmico em que vivemos deste o ano de 2020.

A proposta contida no Plano está dividida em quatro eixos: Terra e Trabalho; Produção de alimentos saudáveis; proteger a natureza, a água e a biodiversidade e condições de vida digna no campo para todo o povo.

O eixo Terra e Trabalho parte de dados da realidade atual, que tem demonstrado a urgência ao enfrentamento da fome.

A pobreza extrema tem avançado. Segundo dados do IBGE, divulgados pelo Jornal Folha de S. Paulo, do dia 12 de novembro deste ano de 2020, anunciam que 13,7 milhões de brasileiros vivem em extrema pobreza, vivendo com menos R\$ 151,00 por mês.

Enquanto as pessoas passam fome, o INCRA paralisou cerca de 513 processos de imóveis rurais em fase de desapropriação. Segundo o MST somente nessas áreas seria possível assentar cerca de 32,9 mil famílias. Em situação de espera pela Reforma Agrária, hoje tem “cerca de 100 mil famílias debaixo de lona, espalhadas pelo país, na beira da estrada, aguardando um pedaço de terra para produzir alimentos” (Brasil de Fato, 2020c).

O Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular neste eixo Terra e Trabalho propõe que as terras públicas devolutas sejam destinadas para a Reforma Agrária. Para acesso à terra, o Plano indica como caminho, que a cobrança dos 200 bilhões de reais de dívidas com a União, das 729 empresas rurais, que hoje detém 6 milhões de hectares, sejam cobradas e convertidas em terras, para o assentamento das famílias.

Como complemento desta proposta do Plano Emergencial, há a sugestão de que os assentamentos sejam instalados em áreas próximas aos grandes centros urbanos como possibilidade de produção de alimentos agroecológicos e sua comercialização nessas áreas, assim, além de produzir renda forneceria uma alimentação saudável à população.

Neste eixo é ressaltada a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas e quilombolas de modo a terem assegurados os seus territórios.

O segundo eixo do Plano se refere a produção de alimentos saudáveis. Está intimamente ligado ao primeiro eixo quando defende a produção agroecológica. Porém, avança na perspectiva de sua distribuição e comercialização, defendendo a efetivação e mais investimentos nos Programas: de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). São programas fundamentais para geração de renda e de produção de alimentos saudáveis, de base agroecológica e acessíveis a população de baixa renda. Estas propostas não dependem de novas criações de políticas públicas, mas de seu fortalecimento e execução.

O terceiro eixo defende a proteção da natureza, da água e da biodiversidade. Este ano de 2020, o Brasil fez uma demonstração equivocada do cuidado com a natureza e biodiversidade. Esvaziou os órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente, perdoou dívidas e estimulou invasões em áreas protegidas. O plano defende a necessidade de “zelar pelos bens naturais, pela natureza, incentivar o plantio de árvores, mas também a proliferação de agroflorestas” (Brasil de Fato, 2020d). Com esta proposição o MST entende que poderá gerar condições para a produção de alimentos fartos e ao mesmo tempo preservar florestas e enfrentar as questões das mudanças climáticas.

O quarto e último eixo do Plano se organiza em torno das condições de vida digna no campo. Para produzir há a necessidade de acesso à terra. Mas simplesmente acessar a terra não é suficiente. As pessoas necessitam de moradia digna, de saúde, de escola para as crianças e para a juventude. Há necessidade de programas para o enfrentamento da violência doméstica, que atinge as crianças, os adolescentes, os idosos, os sujeitos LGBTs e as mulheres. Como parte das políticas deste eixo, necessárias à uma vida digna e com qualidade, há a necessidade do fortalecimento e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS) no campo, especialmente as equipes de saúde da família.

As formas de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social no Brasil passam pela revisão histórica de como o capitalismo industrial afetou a vida no campo e nas cidades, tais repercussões se agravaram pela concentração das riquezas produzidas bem como pela concentração do uso e propriedade da terra e a forma de exploração e produção do trabalho humano sobre a terra e os modos de afetamento do meio ambiente. Os movimentos sociais são potência transformadora, resultam da própria questão social como forma de reação aos processos assimétricos da sociedade capitalista e nessa contradição ao legado assimétrico temos o Movimento Sem Terra (MST) e a agroecologia como organização e metodologia para uma reforma agrária agroecológica com o uso social e orgânico da terra e a distribuição justa de seus frutos.

5. Conclusões

O tema da Reforma Agrária é fruto de um processo histórico repleto de lutas e embates, abrange uma política de distribuição de terras que reestrutura não somente a economia e a produção, mas também questões sociais e políticas. Um tema grávido de possibilidades e justiça social.

A classe dominante detentora dos latifúndios manteve o status quo, apesar do grande contingente de pessoas que passaram a integrar os espaços urbanos em condições desumanas. Com a criação do Incra e a Constituição de 1988, percebe-se que a Reforma Agrária integra uma política de Estado, um processo formal de governos, mas de pouca efetividade. As ocupações de terras pelos movimentos organizados exercem pressão para que a política seja efetivada.

A concentração de terras no Brasil tem aumentado. Representada no agronegócio, prioriza culturas de exportação, em especial de milho, soja e produção animal. As consequências desse modelo de agricultura agravam ainda mais a histórica exclusão dos sujeitos do campo que não encontram condições de sobrevivência nos grandes centros urbanos.

Esse processo desencadeou intensas lutas no campo pela mudança da estrutura fundiária, e mais recentemente adensa os movimentos sociais, que representam a classe trabalhadora na continuidade da luta pela terra e pela reforma agrária

O modelo do agronegócio repercute diretamente no tipo de alimentação disponibilizada para a maioria da população, há a restrição na diversidade dos produtos e esses estão comprometidos pelo uso de venenos, intoxicando também o meio ambiente, devastando as florestas e rios em nome de um pseudodesenvolvimento da qualidade de vida.

Por essas razões defende-se, urgentemente, uma Reforma Agrária Popular Agroecológica, orgânica à classe trabalhadora, capaz de superar as mazelas crescentes de destruição ambiental e da vida humana. Nessa perspectiva, o modo de produção não pode prescindir os processos de emancipação humana, que nesse tempo histórico requer novas relações entre seres humanos e a natureza. Nesse sentido, entende-se a necessidade da realização de mais pesquisas acerca desta temática, aprofundando sobre as características e necessidades das distintas regiões e seus respectivos contextos.

Referências

- Alencastro, L. F. (2011). *História, política e cultura*. *Revista Estudos Avançados*. 25 (72), 235-247.
- Bandeira, M. (1978). *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. (2a ed.), Civilização Brasileira.
- Bardin, L; (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Biblioteca Nacional (1996). *Anais da Biblioteca Nacional*. A Biblioteca. 116 (7) pp.7-51.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. (2a ed.), Editora Ltda.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1964). *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-normaatualizada-pl.pdf>
- Brasil de Fato. (2020a). *Partidos e movimentos vão ao STF para destravar reforma agrária no Brasil*. *Jornal Brasil de fato on-line*. <https://www.brasildefato.com.br>
- Brasil de Fato. (2020b). *Plano de Reforma Agrária Popular para superar a crise social e econômica*. *Jornal Brasil de Fato on-line*. <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/mst-apresenta-plano-de-reforma-agraria-popular-para-superar-crise-social-e-economica>
- Brasil de Fato. (2020c). *Partidos e movimentos vão ao STF para destravar reforma agrária no Brasil*. *Brasil de Fato on-line*. <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/09/partidos-e-movimentos-va-ao-stf-para-destravar-reforma-agraria-no-brasil>
- Brasil de Fato. (2020d). *Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna*. *Brasil de Fato on-line*. <https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vida-digna>
- Carson, R. (1962). *Primavera Silenciosa*. Ed. Portico.
- Folha de São Paulo. (2020). *Pobreza extrema afeta 13,7 milhões brasileiros, diz IBGE*. *Folha de S. Paulo on-line*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/pobreza-extrema-afeta-137-milhoes-brasileiros-diz-ibge.shtml>
- Freire, P. (1977). *Extensão ou Comunicação? Paz e Terra*.

- Girardi, E. P. & Filho, J. S. (2020). *Relatório DataLuta Brasil*. Núcleo de Estudo da Reforma Agrária – Nera. 1(20). 11-41
- Ianni, O. (1976). *Relações de produção e proletariado rural*. Nacional.
- Incra. (2020). *História do Incra*. <http://www.incra.gov.br/pronerahistoria>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1997). *Contagem da população 1996*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv26412.pdf>
- Lüdke, M. & André, M. E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Martinez Alier J. (1995). *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Icaria Editorial S. A.
- Marx, K. & Engels, F. ((2001). *A ideologia alemã*. Martins Fontes.
- Mooney, P. R. (1987). *O escândalo das sementes: o domínio da produção de alimentos*. Nobel.
- Movimento Sem Terra (MST). (2014). *VI Congresso Nacional do MST*. Programa Agrário do MST: lutar, construir Reforma Agrária Popular. <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em 24 fev. 2021.
- Nabuco, J. (2003). *O abolicionismo (1849-1910)*. Senado Federal, Conselho Editorial.
- Rosset, P & Altieri, M. (2018). *Agroecología ciencia y política*. Barcelona, Espanha: Icaria editorial, Perspectivas Agroecológicas.
- Sevilla, G. E. (2006). *Desde el pensamiento social agrário: perspectivas agroecológicas del instituto de sociologia y estudios campesinos*. Córdoba, Espanha: Intituto de Sociologia y Estudios Campesino da Universidad de Córdoba.
- Sevilla, G. E. (2011). *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário*. Ed.Plural editores, AGRUCO, NCCR.
- Sodré, N. W. (s/d). *A coluna preste: análise e depoimento*. Círculo do Livro.
- Stedile, J. P. (2013). *A questão Agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. Expressão Popular.
- Therrien, J. & Damasceno, M. N. Educação e Escola no Campo. Editora Papiros.